

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DA ANTIGUIDADE AOS NOSSOS DIAS<sup>1</sup>

*\*Ricardo Antonio Viotto*

O livro intitulado "História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias", de Mário Alighiero Manacorda, trata-se de um clássico da história da educação. O autor nos apresenta suas investigações e restaura as linhas da antiga instituição escolar, reproduz episódios históricos e recompõe o percurso humano em direção à efetivação de uma educação libertadora. Explicita a luta secular para a superação da divisão entre aqueles que têm acesso à cultura, bens e poder e aqueles que apenas produzem, sendo que, o fio condutor da sua obra é a própria história, que o autor deixa falar por si-própria, valorizando o espírito democrático da obra. Inicia sua trajetória no Egito, adentra na Grécia e em Roma, passa pela Idade Média e Moderna e chega na idade Contemporânea. A preocupação do autor não está nas ideias pedagógicas de cada tempo histórico, e sim no elemento real, qual seja, as manifestações e contradições que engendraram as ideias pedagógicas, o que explicita o caráter materialista histórico dialético da obra.

O autor inicia com a educação do Egito, pois lá se encontra o início da história da antiguidade clássica e o berço da cultura. Salienta que no Egito o processo educativo não era voltado exclusivamente para o ler, escrever e calcular e nem para o aprendizado profissional, mas sim, para a vida política e voltado aos filhos da classe dominante (p.17).

O autor apresenta que na Grécia os princípios da educação são difundidos por Heródoto, Platão e Diodoro de Sicília e demonstra que há um evidente desenvolvimento da democracia educativa, sendo reservado, para as classes governantes, um processo educativo para o pensar e falar (política) e o fazer com as armas para a formação dos guerreiros. Para o povo produtor, a educação era o treinamento no trabalho, pela via da imitação e observação. Homero é considerado "o educador de toda a Grécia", no entanto, é Platão quem projetará uma educação

---

<sup>1</sup> MANACORDA, M. A. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\* Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Instituto Federal de Educação de São Paulo/Presidente Epitácio/SP. E-mail: viotto\_antonio\_ricardo@hotmail.com

sistemática para os jovens (p.42). O período clássico da educação valoriza a música e a ginástica na formação dos cidadãos, sendo Creta e Esparta os locais da política e da educação, surgindo a figura do *pedônomo*, o sujeito legislador da educação na Grécia. No século VI a.C, com Pitágoras, nasce um Centro de educação de natureza privada, a *thíasoi*, cujo princípio é valorização do único bem que se transmite, mas não se perde, a educação, a *Paidéia*. Em Athenas, com Sólon, ganha força uma escola de cultura e educação física aberta a todos os cidadãos e controlada pelo Estado (p.47). O *pedônomo* atua na escola do Estado, no entanto, temos ainda o “pedagogo”, geralmente um escravo ou estrangeiro trabalhando para as famílias e que acompanha as crianças na escola. Aristóteles defende a gramática, a ginástica, a música e o desenho na escola, excluindo na educação dos sujeitos livres toda disciplina voltada ao exercício profissional e no fim do século IV a.C. defende na sua obra "Política", a escola pública (p.66). A escola grega no século V a.C. é o ginásio, centro de cultura física e intelectual, presente nas cidades do Oriente mediterrâneo, conquistadas por Alexandre, o Grande (p.68).

Em Roma, lugar da educação moral, cívica e religiosa, as tradições pátrias têm história marcante, sendo o primeiro educador o *pater familias*, ou seja, ao contrário dos gregos, cujo mestre era um estrangeiro ou escravo (pedagogo), em Roma a função educadora é do pai. A antiga monarquia romana era nação de *patres*, donos da terra e das *familiae*, sendo que a criança parava de brincar entre os 07 e 08 anos, passava, sob à tutela do pai, a aprender as tradições pátrias e a realizar treinamento militar (p.75-76). Identifica-se que em Roma, enquanto os nobres se helenizavam, os plebeus se deparavam com a necessidade de dominar a língua latina para manifestarem-se nas Assembleias Públicas. No entanto, a escola de retórica latina, democrática e popular, foi objeto de intensa crítica, por constituir-se numa escola de subversão política, um *ludus impudentia*. Mas, é a escola do tipo grego que prevalece, tornando a cultura grega um patrimônio do Império romano, a qual é, depois, transmitida à Europa medieval e moderna e, enfim, para a nossa civilização (p.83).

No século V d.C., limiar da Alta Idade Média, com a implantação de reinos romano-bárbaros no Ocidente, a única autoridade política, autenticamente romana, é a Igreja e especialmente o papado (p.111). A escola clássica perde lugar para a escola cristã e a Igreja assume a reorganização da escola em Roma. Em 418 d.C. o papa Zózimo institui as primeiras escolas religiosas e nas paróquias os padres acolhem jovens para ensinar-lhes os salmos e as

leituras divinas, para a formação de seus sucessores. Na nascente cultura escolástica, os monges mudam a leitura dos clássicos helenístico-romanos, para os clássicos da tradição bíblico-evangélica, sendo que na relação pedagógica se faziam presentes punições brandas e severas, dependendo do erro cometido pelo aprendiz. Nesse período, com a constituição da escola cristã, há uma polêmica contra a cultura e os livros clássicos, os quais, nos mosteiros, ficam sob guarda do bibliotecário, havendo até proibição da sua leitura.

Na época Carolínea (de Carlos Magno), no final do século VIII, identifica-se a valorização da cultura e da escola, sendo que no ano de 825, na Itália, libera-se a Igreja da função de instruir os leigos e institui-se uma escola pública de Estado. Na França, o Concílio de Paris de 829, desobriga o clero de instruir os leigos e são criadas escolas públicas (p.133), no entanto, a Igreja, rapidamente, retoma a iniciativa da educação e, em Roma, permanece como a principal fonte de instrução (p.140). Na escola do clero secular, originariamente, o mestre era o bispo (ou, nas paróquias, o pároco), depois esta tarefa foi transferida para um *scholasticus* ou *magischola*. Fenômeno interessante dessa época é a concessão (ou venda) de uma *licentia docendi*, pelo *magischola*, para que outro sujeito pudesse ensinar livremente e, portanto, encontre-se aí o prenúncio de uma educação laica (p.142). Após o ano 1000, especialmente na Itália, os novos centros urbanos se organizam em forma de comunas, se libertando do poder feudal e verifica-se grande incentivo às atividades culturais e educativas (p.143). Em 1179 o Papa Alexandre III estende o ensino nas igrejas, aos leigos pobres e permite que os detentores da *Licentia Docendi* ensinem livremente. É provável que, da atuação dos mestres livres, sob tutela da Igreja, tenham nascido as universidades. Artes Liberais, medicina e jurisprudência (direito romano ou civil e direito canônico) e mais tarde a teologia no início do século XIII, foram as 04 faculdades das universidades medievais, uma das heranças culturais mais significativas da Idade Média (p.146).

Os séculos depois do ano 1000 viram ampliar a atuação dos mestres livres e a abertura de universidades e, nesse mesmo período, temos o nascimento das comunas e das corporações de artes e ofícios, ou seja, estamos vivendo os séculos da nascente burguesia urbana (p.161). No final dos trezentos e quatrocentos, nas principais cidades italianas, como Florença e Gênova, o autor identifica o trabalho de diferentes mestres autônomos e aponta a escola de uma sociedade mercantil, quase totalmente livre da ingerência da Igreja e do Império, que renova e revoluciona os métodos de ensino. Ao lado desta nova escola, elaborada pela burguesia, avança o

movimento humanista, que critica a escola da Idade Média e seu sadismo pedagógico. Tema recorrente dos humanistas é a necessidade de se compreender a natureza da criança e educá-la de acordo com a sua índole, numa clara compreensão naturalizante desses sujeitos.

Nos anos quinhentos e seiscentos, além do Renascimento, o autor aponta existência da Reforma e a contra-reforma religiosa, como também a utopia e a revolução, como temas importantes para a educação e há a invenção da arte da imprensa. Foi Lutero, na Alemanha, quem impulsionou a força política à programação de um novo sistema escolar e difundiu a necessidade da escola chegar as classes populares, para que cada sujeito pudesse ler as Sagradas Escrituras e interpretar a palavra não mais submetido à igreja católica. Paralelamente à reforma protestante, temos a contra-reforma católica, que no Concílio de Trento (1545-1564) condena a leitura e impressão de vários livros que questionassem os princípios católicos. No fim do século XVI (1586-99) surge o *Ratio studiorum*, que regulamentou o sistema de formação escolástico jesuítico, cujos efeitos se espalharam pelos países católicos (p.202).

Em seguida teremos a forte presença dos utopistas que construíram a base para as reflexões pedagógicas dos anos Seiscentos, sendo que, dentre eles, destaca-se Comenius com a enciclopédia do saber, a *orbis scibilium*. No plano da didática, é mérito de Comenius a pesquisa sobre as metodologias hoje chamadas de ativas, ao afirmar que junto com as palavras deve chegar às crianças, senão as coisas, pelo menos as imagens das coisas e propõe a *Schola ludus* (p.221). O espírito das novas classes dirigentes burguesas na Inglaterra, institui, no ano de 1660, a fundação da Royal Society, que expressa-se no pensamento de Locke a preocupação com a formação do *gentleman*, sendo que as necessidades das crianças seriam supridas pelas paróquias com base na lei dos pobres e nas escolas para o trabalho.

Nos Setecentos temos, na França, a figura de La Salle, que discute os princípios da escola cristã na qual há uma separação didática, organizacional e cultural entre o ler e o escrever. No movimento iluminista do setecentos temos a figura de Rousseau que, dentre os enciclopedistas, é considerado um dos pais da pedagogia moderna ao focalizar os objetivos no sujeito. Em sua obra “Emilio” temos a redescoberta da educação dos sentidos, a valorização do jogo, do trabalho manual, da experiência direta com as coisas na educação. No ano de 1773 há uma reviravolta na escola, em decorrência da supressão da ordem dos jesuítas (a Companhia de Jesus), passando a escola a ser coisa do Estado (p.247). Na segunda metade do Setecentos assiste-

se ao desenvolvimento da fábrica e, contextualmente, à supressão, de fato e de direito, das corporações de artes e ofícios. Este advento da nova produção da fábrica abre espaço para o surgimento da moderna instituição escolar, sendo que fábrica e a escola moderna nascem juntas. Simultaneamente, nasce a nova ciência a “economia política” com Smith e Ricardo e, ato contínuo, a “crítica a economia política” com Marx e Engels (p.249). A politização, democratização e laicização da instrução, tem origem na consciência dos indivíduos e na prática dos Estados e com revoluções da América (1776) e da França (1789), há a exigência de uma instrução universal e de uma reorganização do saber, que acompanhará o desenvolvimento da ciência e da indústria moderna. Nos EUA propugnava-se uma escola elementar gratuita para todas as crianças, sendo os melhores, selecionados para a escola secundária e, os melhores destas, encaminhados para a universidade, sendo que estão contidos nesta proposta os elementos da pedagogia liberal-democrática (p.250). Na França é Condorcet quem apresenta em 1792 a natureza e os fins da instrução pública Estatal, voltada para o povo e inspirada num laicismo que apregoa a instrução “única, gratuita e neutra” (p.250). Entre os Setecentos e Oitocentos temos o ensino mútuo ou monitorial, nascido na Inglaterra, no qual adolescentes instruídos pelo mestre, ensinam outros adolescentes, sendo que a competição dá o tom das relações nessas escolas, assim como uma didática mecanicista baseada em repetições. Na Suíça, temos Pestalozzi, que seguindo a trilha de Rousseau, procura juntar o homem natural e a realidade histórica e apregoava, pela compreensão da psicologia infantil e da didática, a nova pedagogia.

A educação nos Oitocentos recebe o legado da burguesia revolucionária (liberal-democrática) e a pedagogia ganha características políticas e natureza social (p.269). Nesse bojo, o sistema capitalista ganha força e desloca massas da população das oficinas artesanais para as fábricas, como também desloca trabalhadores do campo para a cidade. O desenvolvimento industrial, decorrente da acumulação de capital e do conhecimento científico, cria as condições para o trabalho livre do ex-artesão, o qual foi libertado de toda a sua propriedade e transformado no moderno proletário. O novo proletário não possui mais nada, além do seu próprio trabalho e, nas fábricas, perdem sua antiga instrução e só adquirem ignorância. No entanto, os capitalistas, preocupados com o trabalho repetitivo da fábrica que aliena o trabalhador, se deparam com o problema da instrução das massas, para atender as necessidades da moderna produção e instituem as relações instrução-trabalho ou instrução técnico-profissional,

que será o tema dominante da pedagogia moderna (p.272). Surgem os movimentos utópicos socialistas e Owen realiza importante experiência na sua indústria e que deixou marcas importantes para se pensar a educação nos jardins de infância. A iniciativa Froebel marca época nos Oitocentos, o qual, estimulado pelos princípios pedagógicos de Pestalozzi, foi capaz de captar a idéia da necessidade de iniciar a educação desde a primeira infância e no ano de 1837 funda o primeiro *kindergarten* (p.283). Entre ciência e filantropia, a escola primária avança, ganha força à escola secundária, assim como a pesquisa universitária e, simultaneamente, há um renascimento da universidade com Humboldt na Alemanha.

Nesse movimento, surge um novo protagonista na cena histórica, o socialismo, que com Marx e Engels define-se como socialismo científico que apregoa uma forma de “pedagogia social” do capital em que o tempo de trabalho excedente às necessidades vitais do operário, que na sociedade capitalista é destinado a aumentar o capital, pode e deve tornar-se o tempo de crescimento intelectual destinado a aumentar a riqueza social e atender necessidades superiores de todos os seres humanos (p.296). Chegamos ao século XX, sendo que na Europa as escolas mantinham sua característica livresca e verbalística e nos EUA há a educação voltada para o fazer e aprender o *learning by doing*, cujo protagonista é Dewey. Na Rússia de 1917, com Lênin e Kupriska, surge uma escola politécnica que une instrução-trabalho. Na Itália, em meados do século XX, Gramsci, nos seus “Cadernos do Cárcere” faz uma análise da crise da organização escolar, tendo como base Marx e as contradições da experiência soviética, propõe a escola-unitária (p.333).

Enfim, destacamos que as contribuições de Manacorda, nesta brilhante obra, permitem reflexões valiosas sobre a escola, o que possibilita compreender a escola não mais como instituição específica da educação, qual os milênios da história nos transmitiram, mas sim, como instituição indispensável e lugar de vida das crianças e adolescentes do novo milênio. Defender a escola como uma instituição que atenda às necessidades desses sujeitos, para a educação do ser humano omnilateral, para isso, há que se realizar esforço coletivo em que “[...] o caminho do futuro seja aquele que o passado nunca soube percorrer” (MANACORDA, 2006, p.360). O autor nos apresenta as várias contradições da história, para que possamos continuar na luta em defesa de uma educação voltada ao pleno desenvolvimento e humanização dos seres humanos.

## REFERÊNCIAS

MANACORDA, M. A. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Recebido em janeiro de 2016.

Aprovado em março de 2016.